



D.O.I 10.5281/zenodo.10396971

O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PADIN) NO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL - OBJETIVOS, METAS, AÇÕES, ATORES E O CONTEXTO DA AFETIVIDADE

Lara Picanço Menezes de Mesquita¹
Theresa Christine Filgueiras Russo Aragão²
Francisco José Filgueiras Russo³
Antônio Wellington Souza da Costa⁴

RESUMO

Segundo a Organização da Nações Unidas, em sua Agenda 2030, os governos devem assegurar que as crianças tenham uma vida saudável. Estudos sinalizam que propor e investir em políticas públicas para a primeira infância é o meio mais eficaz para baixar os índices de desigualdades econômicas na idade adulta. Nesse sentido, o desenvolvimento de programas intersetoriais com a Educação, Saúde e outros meios sociais que possam auxiliar a família e a criança são de grande relevância. No nordeste do Brasil, o Estado do Ceará com um foco na criança e na perspectiva da dimensão do cuidar e do educar, criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento infantil – PADIN, incubado na Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC e que apoia ações educativas voltadas para o desenvolvimento integral da primeira infância, consistindo em uma iniciativa que objetiva fornecer subsídios ao público de famílias com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Um dos importantes pilares pedagógicos do PADIN é a Afetividade. Para que sua representação seja positiva em relação ao “Afeto”, estímulos se tornam necessários para o investimento no desenvolvimento das potencialidades da criança. O afeto pode trazer muitos benefícios ao desenvolvimento infantil através de trocas por pessoas do seu convívio, gerando interações, comunicação e a capacidade de empatia.

Palavras-chave: Infância. ODS. Governo do Estado do Ceará. PADIN. Afeto

¹Lara Picanço Menezes de Mesquita. Professora do Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, Ceará, Brasil. Mestra em Ciências da Educação, UNAEDS. Doutora em Ciências da Educação, UNAEDS.

²Profa. Dra. em Bioquímica e Biologia Molecular. Universidade Federal do Ceará. Universidade Estadual do Ceará. Governo do Estado do Ceará.

³Professor lotado na Rede de Ensino Público do Estado do Ceará, Brasil. Doutor em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Doutor em Ciências da Educação, Universidade Interamericana do Paraguay.

⁴Doutor em Educação, Universidade Interamericana, Paraguay. Professor lotado na Rede de Ensino Público do Estado do Ceará, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Há um olhar de preocupação constante da sociedade civil e dos governantes sobre a educação e a saúde da criança, fundamentalmente nos primeiros anos de sua vida, ou seja, a primeira infância. No sentido das responsabilidades esse olhar deve sair do mundo das preocupações e atracar no universo das ações.

Discussões sobre a questão da criança no que concerne aos seus direitos humanos, como direito à Educação, saúde, moradia, bem-estar e qualidade de vida a partir da primeira infância configuram debates em diversas conferências e reuniões internacionais e regionais. Ao longo dos anos, tais reuniões e conferências resultaram em documentos elaborados e direcionados aos governantes do mundo todo, acordados com a execução dessas ações.

No ano de 1990, entrou em vigor a nível mundial, artigos que definiam e orientavam ações voltadas para a criança na forma de instrumento de direitos humanos cuja aceitação foi histórica. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e em vigor em 2 de setembro de 1990 (UNICEF, 2022).

No Brasil é aprovado nesse mesmo ano de 1990, o “Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais tarde, no ano de 1992, o presidente da República do Brasil e governadores de 24 Estados e do Distrito Federal participam da “I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança – organizada pelo UNICEF e parceiros momento em assinam o “Pacto pela Infância”. Assim, em 1994, governadores de Estado e do Distrito Federal e o presidente da República do Brasil participam, no Congresso Nacional, da reunião dos 500 dias do “Pacto pela Infância” (UNICEF, 2022).

Nesse sentido, no contexto do século XXI, o Brasil cria o “Plano Nacional da Primeira Infância” – PNPI/2020-2030, indica caminhos técnicos e políticos para que haja a garantia direitos das crianças de 0 a 6 anos com o apoio e ação efetiva do Estado. Nesse sentido, há a necessidade do envolvimento dos governantes nas esferas municipal e estadual no trabalho de enfrentamento de desafios no contexto da referida meta. Assim, se faz mister que documentos sejam elaborados e executados como é o caso do “Plano Municipal pela Primeira Infância” o apontando que essa é uma agenda pública e prioritária e que vislumbra um futuro com melhor qualidade de vida individual e coletiva para as crianças cidadãs a partir da primeira infância.

O trabalho sociogovernamental voltado para as crianças no Brasil é convergente às ODS - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, traçados pela Organização das Nações Unidas. As ODS compõem um documento de cunho global com ações delineadas para problemas com a pobreza, preservação e manutenção do equilíbrio do meio ambiente e o clima com a perspectiva de “garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de

prosperidade” (ONU, 2023).

No contexto das 17 ODS estão incubadas ações que, de forma direta ou indireta estão voltadas para a educação, saúde e o cuidado com as crianças. Na ODS 4 – Educação de qualidade – destacam-se, nesse sentido, as seguintes metas (ONU, 2023):

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

-4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

A partir da Agenda 2030 com suas respectivas ODS destacam-se de forma mais global e direcionada à criança, as seguintes metas das ODS 1, 3, 4, 10 e 16:

- Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

- Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

- Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

-Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

- Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

- Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

A partir da leitura da Agenda 2030 e da descrição de todos os objetivos concebe-se que se faz necessário um trabalho a nível global, com dinâmico e

intenso diálogos entre os países, fundamentalmente entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento para que tais objetivos sejam de fato alcançados. Há uma compreensão de que os esforços da sociedade no sentido de construir sustentabilidade do planeta nos contextos social, cultura, econômico e do meio ambiente, requer um somatório de esforços, elaboração de políticas públicas a nível Federal, Estadual e Municipal, como também desenvolver e executar programas que tornem tais políticas públicas viáveis.

No que se refere a criança, melhorias na Educação, saúde e bem-estar social são possíveis se a comunidade civil e os governantes estabelecerem normas, meios e metas nesse sentido. Não há qualidade de vida na infância sem escola, sem alimentação saudável, sem saúde e segurança. As intervenções nesse sentido devem ser feitas em vários ambientes aonde a criança existe, cresce e se relaciona. A família, a escola, a comunidade, a cidade e o país, todos são responsáveis pelo estabelecimento da qualidade de vida da criança desde a primeira infância. É responsabilidade dos governos e da política vigente e atuante tornar viável essa melhoria na vida das crianças, tornando-as crianças cidadãs que merecem crescer num meio ético, saudável e que promova a saúde, acesso à educação e segurança, já que a criança vive no contexto da vulnerabilidade.

Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo de comunicar um importante programa que dialoga e converge para metas das ODS da Agenda 2030 no contexto da infância, desenvolvido e aplicado no Estado do Ceará. Trata-se do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará cujo principal objetivo é fornecer ao público de famílias com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses os seguintes subsídios: o acesso às instituições de educação infantil; o conhecimento de qualidade que promova o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas ao desenvolvimento integral da criança e, a diminuição da desigualdade entre as crianças. A comunicação e o informe do referido programa encontram-se amplamente referenciados no site do Governo do Estado do Ceará, mais especificamente, incubadas no site da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2 O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADIN

No Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, a SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Ceará - trabalha no sentido de implantar, articular, coordenar, acompanhar e avaliar serviços e ações de outras Secretarias e Entidades com as quais faz parceria como: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria do desenvolvimento Agrário, Secretaria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Secretaria de Planejamento e Gestão e da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará – UNDIME/CE por intermédio do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas da Educação Infantil do Ceará (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

Dentre suas funções, a SEDUC contribui no *status* de alavancamento do desenvolvimento social dos Municípios cearenses e das regionais da capital do

Ceará, Fortaleza. No que se refere ao contexto do desenvolvimento de programas governamentais voltados para a melhoria da qualidade da vida da criança, a meta da SEDUC é alcançar os seguintes objetivos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021):

- Fortalecer a competência do núcleo familiar - primeira e mais importante instituição de cuidados e educação da criança nos primeiros anos de vida;
- Apoiar ações educativas voltadas para o desenvolvimento integral da primeira infância no sentido de minimizar desigualdades de aprendizagem das crianças;
- Garantir a criação de Políticas Públicas de Educação Infantil mais eficientes e eficazes.

Dentre as ações da SEDUC destaca-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, que consiste em uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará cujo principal objetivo é fornecer ao público de famílias com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses os seguintes subsídios (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021):

- O acesso às instituições de educação infantil;
- Um conhecimento de qualidade que promova o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas ao desenvolvimento integral da criança;
- A diminuição da desigualdade entre as crianças.

Do lançamento da Pactuação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN é responsabilidade da SEDUC:

- A instrução sobre o Referencial Teórico e Metodológico;
- A elaboração e impressão de material técnico e pedagógico.
- A formação dos ADI (Agentes de Desenvolvimento Infantil) e supervisores;
- O Pagamento das bolsas aos ADI e Supervisores;
- Aquisição de Kits de Brinquedos/Literatura Infantil;
- A Avaliação e monitoramento dos de Impactos do Programa.

Historicamente, o programa PADIN foi instituído no ano de 2016 e já continha em seu escopo um bolsão de ações voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento integral da educação infantil e o objetivo cerne de “formar competências familiares necessárias para garantir o bem-estar físico, emocional, social, cultural, a linguagem, o desenvolvimento cognitivo, as habilidades de comunicação e os conhecimentos gerais na primeira infância” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2016).

2.1 A meta e os atores do PADIN

O programa PADIN é considerado como sendo uma iniciativa de grande potencial no enfrentamento dos inúmeros desafios no contexto do crescimento saudável das crianças (principalmente na primeira infância), visando a formação

de cidadãos éticos e socialmente atuantes no sentido da melhoria de uma qualidade de vida individual, como também da comunidade ou meio em que vivem e atuam. O referido programa faz parte de um dos eixos do “Programa Mais Infância Ceará” denominado “Tempo de Crescer” cuja meta é instaurar e fazer funcionar uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de serviços e formações, contemplando os seguintes atores: profissionais, pais e cuidadores (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

Dentre as metas do PADIN destaca-se o trabalho de formação de competências familiares que auxiliem no bem-estar físico, no emocional, social, cultural, na linguagem, no desenvolvimento cognitivo e habilidades de comunicação e os conhecimentos gerais na primeira infância. O trabalho consiste fundamentalmente em apoiar famílias em condições de pobreza e vulnerabilidade social. O olhar é para o “cuidar” e o “educar” crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, priorizando àquelas que ainda não recebem atendimento à creche (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

Os atores que dinamizam o PADIN compõem uma equipe de profissionais ADI e supervisores são os atores nesse programa. Os ADI são “Agentes de Desenvolvimento Infantil” - professores de educação infantil e moradores da comunidade que participaram de um programa de formação continuada. Os ADI e os supervisores são os autores que realizam as visitas domiciliares e os encontros comunitários. O Supervisor é um profissional de nível superior vinculado à Secretaria Municipal da Educação, com atuação no Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2.2 Quais as atividades do PADIN e como esse Programa trabalha?

Este programa trabalha com a previsão de visitas domiciliares, encontros coletivos e comunitários para acompanhar e orientar as mães, os pais e os cuidadores das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Entre as atividades desenvolvidas há:

- As denominadas “Visitas Domiciliares” aonde são propostas brincadeiras e atividades para os pais realizarem com as crianças;
- O “Grupo de Brincadeiras e Convivência” que tem como objetivo favorecer a convivência e a interação com outras crianças;
- Os “Encontros de Orientações para os Pais e Cuidadores” cujo objetivo é fortalecer o vínculo com o bebê;
- Os “Encontros Familiares Comunitários” cuja dinâmica de trabalho utiliza temas como Educação; desenvolvimento infantil e saúde das crianças.

Como são ações diversificadas, entra nesse bloco de atividade as parcerias como as secretarias respectivas no Estado do Ceará como também outras parcerias no sentido de dar apoio e subsídio (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2.3 A gestão compartilhada e integrada é importante referência do PADIN

O modelo de gestão do PADIN consiste num Programa institucional de ação educativa que segue um modelo de gestão compartilhada e integrada de uma rede de serviços qualificada vislumbrando o “cuidar” e o “educar”. Nesse sentido, o referido programa consiste numa ação sistematizada e contínua efetivada pela vontade política no contexto das competências e responsabilidades governamentais Estadual e Municipal (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

Nas práxis, ocorre na dinâmica das ações do PADIN as “visitas domiciliares” que contém ações voltadas ao acompanhamento e treinamento das mães, dos pais ou ainda dos cuidadores de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. A meta é possibilitar o desenvolvimento integral da criança pelo uso de ferramentas pedagógicas educacionais que estimulam o processo de aprendizagem e que estão contempladas no denominado “projeto piloto” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2.4 O público-alvo do PADIN

O público-alvo do PADIN consiste em famílias com crianças de 0 a 47 meses em áreas com alto índice de pessoas em extrema pobreza, na zona rural, e não atendidas por Centros de Educação Infantil – CEI são as de interesse maior nesse programa. Assim, na dinâmica do primeiro ano de implementação e trabalho do PADIN houve uma seleção de Municípios – os 36 municípios mais pobres do Estado do Ceará e duas Regionais de Fortaleza com elevados índices de vulnerabilidade social (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

No ano de 2018, o PADIN atendeu a 50 municípios cearenses. constituindo a outorga de um convênio para expansão do programa em 15 novos municípios, os quais se somaram aos 35 já assistidos. Os municípios cearenses beneficiados foram Tejuçuoca, Bela Cruz, Chaval, Coreaú, Pires Ferreira, Senador Sá, Paramoti, Santa Quitéria, Ibicuitinga, Ibareta, Cariús, Monsenhor Tabosa, Deputado Irapuan Pinheiro, Potengi e Farias Brito. Em cada localidade foram disponibilizados: 01 supervisor, 08 Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs) que trabalharam com um público de 80 famílias (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2.5 A metodologia de trabalho do PADIN

Quanto ao modo de trabalho, ou seja, a metodologia de trabalho, no PADIN os caminhos consistem na realização das visitas domiciliares que têm como objetivo a formação de competências das famílias, tendo como princípio básico o apoio a desenvolvimento cognitivo das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses usando o lúdico e a interação entre os atores, famílias e crianças (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

Para alcançar a finalidade do referido apoio são realizadas as denominadas “visitas domiciliares” como também encontros coletivos tendo os seguintes atores que participam dessa dinâmica de trabalho: alunos do 2º ano do ensino médio da rede pública estadual; graduandos do curso de pedagogia; supervisores que são profissionais da educação. Os encontros mensais coletivos

são promovidos por estes supervisores com a participação dos pais e das crianças. Nesse contexto, as ações de Planejamento do PADIN são (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021):

- Levantamento da situação da 1ª Infância no município;
- Mapeamento das áreas assistidas;
- Seleção das famílias beneficiadas;
- Sensibilização dos gestores dos municípios selecionados para a adesão ao Programa;
- Seleção, contratação e capacitação dos profissionais e alunos que serão atores participativos do Programa;
- Elaboração do Plano de Ação da implantação e implementação do Programa.

Finalmente, a metodologia utilizada no programa em função do desenvolvimento das ações e das atividades propostas é passível de análise de forma a identificar e apontar pontos hiatos e outros espaços aonde são necessários inferências, correções e/ou revisão de estratégias configurando uma avaliação de impactos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

2.6 O contexto teórico-pedagógico do PADIN

No contexto teórico da estrutura psicopedagógica dos trabalhos do PADIN, de acordo com a SEDUC consta os seguintes cientistas com suas respectivas teorias (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021):

- Vygotsky e sua teoria centrada no conceito de que a aprendizagem determina o desenvolvimento psíquico;
- Bronfenbrenner e sua teoria ecológica e sistêmica que concebe o desenvolvimento como a sendo uma interação dinâmica composta por quatro núcleos: pessoa, processo, contexto e tempo;
- Santos, com o pensamento de que o desenvolvimento e a aprendizagem da criança estão com as pessoas do meio em que elas interagem e com atividades e brincadeiras que permeiam o cotidiano da criança.

2.7 Temáticas relevantes abordadas no trabalho do PADIN

Os temas trabalhados no PADIN compreendem (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021):

- O desenvolvimento infantil;
- A linguagem e o desenvolvimento da criança;
- O brincar brincando: assim a criança cresce;
- O marco legal da primeira infância;
- A literatura infantil - sentimentos e sensações
- Os transtornos do neurodesenvolvimento;
- A paternidade: o pai nas diferentes modalidades do PADIN
- A garantia dos direitos da criança;
- O afeto;

- Acidentes domésticos e violência;
- Amamentação e nutrição;
- Rotinas saudáveis.

2.8 A ação de continuidade do PADIN no contexto da pandemia por Covid-19

A pandemia por Covid19 induziu toda a população mundial a ter uma nova forma de vida - o isolamento social, enquanto a ciência trabalhava em busca de soluções para minimizar o contágio e a alta taxa de mortalidade causada por esse vírus no mundo todo. O distanciamento entre as pessoas é necessário em todos os ambientes como nas ruas, nos mercados, no trabalho, na escola, nas áreas de lazer e em todos os sítios onde pudesse haver contato social e transmissão do vírus (MESQUITA et al. 2020).

Nessa conjuntura, a Educação sofreu sérios danos, especialmente a Educação infantil com a interrupção dos trabalhos dos programas governamentais voltados para a criança. No Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, programas de apoio a educação e saúde infantil que trabalha juntamente com as famílias como é o caso do PADIN entendeu a relevância das suas ações que já estavam delineadas e em plena atividade como de fundamental importância para o momento da pandemia no contexto do isolamento social. Não somente a criança, mas, a família como um todo necessitava da presença dos atores e do trabalho do PADIN na condição de continuidade dos trabalhos (MESQUITA et al. 2020).

Nesse contexto, o programa de visita domiciliar que auxilia nas relações pais/cuidadores/filhos em função do desenvolvimento integral da criança tinha o impedimento de sua ação de modo presencial devido a condição do isolamento social. Alterações no referido programa foram então feitas com o advento da pandemia. Assim, as atividades que aconteciam quinzenalmente e de forma presencial nas residências das famílias passaram a ser desenvolvida de forma remota (MESQUITA et al. 2020).

A partir do entendimento da importância do programa junto as famílias e também sua credibilidade, houve a decisão de dar continuidade ao trabalho acompanhamento das famílias no modo a distancia, ou seja, remoto. A reocupação evidente consistia na vulnerabilidade das famílias atendidas, fato que se agravou com a pandemia. Houve uma acumulação de danos como contaminação das pessoas da família pelo vírus, desemprego, falta de alimentação, falta de materiais para cuidados de higiene preventiva entre outros problemas (MESQUITA, 2020).

O modus operante do trabalho remoto do PADIN no contexto do isolamento social seguiu as orientações da SEDUC em formato de um plano de ação para desenvolvimento de atividades remotas. Foi necessária uma adaptação do modo presencial para construir a metodologia do trabalho remoto, sendo que a visita que ocorria de 15 em 15 dias passou a ser realizada semanalmente por telefone ou por meio das mídias sociais em que as pessoas das famílias interagem (MESQUITA et al. 2020).

A construção de cartilhas temáticas consistiu em atividade de grande ajuda no repasse de informações e orientações para famílias no contexto da pandemia. Além disso, foram desenvolvidas e orientadas atividades lúdicas para que os pais trabalhassem com as crianças com a orientação semanal das ADI.

Pelo uso das ferramentas metodológicas no modo remoto, os atores profissionais e qualificados do PADIN deram prioridade as seguintes orientações (MESQUITA et al. 2020).:

- Cuidados sanitários necessários para se proteger do contágio viral;
- Prevenção de acidentes e violência doméstica, situações recorrentes nas famílias em situação de vulnerabilidade social
- Instruções sobre a importância de usar a máscara;
- Instruções sobre a importância de lavar as mãos como forma de minimizar contágio do vírus;
- Orientar atividades lúdicas (brincadeiras) direcionadas as crianças e suas famílias.

No contexto do trabalho remoto há muitos softwares e programas nacionais e internacionais desenvolvidos para o ensino remoto e/ou ensino híbrido. O *Google Classroom* é um destes programas. Nesse sentido, os atores do PADIM recebem treinamento da SEDUC para desenvolver metodologias e trabalhar no referido programa. O intuito dessa qualificação está voltado para um melhor atendimento as famílias no modo remoto (MESQUITA et al. 2020).

No que concerne ao desafio do trabalho remoto do PADIN com as famílias de acordo com Mesquita, 2022, entre os fatores que favoreceram a realização desse trabalho destacam-se: (i) a construção de vínculo entre os atores ADI e as famílias e (ii) a confiabilidade do programa já que houve uma conquista interagente das comunidades, fato que possibilitou o desenvolvimento de um fluxo de comunicação intersetorial (MESQUITA et al. 2020)

No que diz respeito aos encontros virtuais entre as ADIs e famílias, dois aspectos relevantes foram identificados nesse período: (i) os encontros virtuais não fragilizaram o vínculo entre os ADIs e as famílias; (ii) houve uma maior interação dos membros familiares com suas crianças. Provavelmente pelo fato de todos estarem isolados em casa e dessa forma juntos por muito tempo com diversos e continuados momentos de diversão entre todos - familiares e a criança. Nessa condição circunstancial ficou ainda mais visualizada a importância do PADIN para as famílias cearenses, devido ao amparo e proteção no contexto das dificuldades que esse programa tem oferecido a criança e seus familiares (MESQUITA et al. 2020).

Finalmente, as ações do PADIN no contexto da pandemia por Covid-19 consistiram em meios de fundamental relevância para as crianças e suas famílias assistidas aonde a atitude de escutar as mães das crianças alavancou diálogos e busca de soluções no trabalho conjunto entre atores do programa e famílias (MESQUITA et al. 2020).

2.9A importância d “Afetividade”

Um dos fundamentais pilares pedagógicos do PADIN é a “Afetividade”. Na teoria walloniana a afetividade é condição imprescindível na constituição e funcionamento da inteligência. Destaca-se em Wallon a importância do afeto materno para o saudável desenvolvimento emocional da criança e a figura do Estado no diálogo com instituições voltadas para os direitos da criança sobre a substituição da função materna nas questões do acolhimento e do afeto. Com uso da Afetividade a criança desenvolve com maior qualidade de saúde, de forma que o afeto fomenta a formação de vínculos familiares e do entorno aonde a criança cresce e se relaciona. O afeto traz muitos benefícios ao desenvolvimento infantil através de trocas por pessoas do seu convívio, gerando interações, comunicação e a capacidade de empatia (COSTA, PASCUAL, 2012).

Já em Vigotski, os fenômenos psicológicos humanos se dão à luz de uma perspectiva desenvolvimentista. As emoções relacionam o orgânico às dimensões sociohistóricas e socioculturais e não somente à continuidade hereditária entre ancestrais animais e os homens como pensava Darwin (WORTMEYER et. al. 2014).

Em Piaget o afeto assume uma função primordial no contexto da inteligência, havendo indissolubilidade entre a Afetividade e a cognição. Os estágios da afetividade são correlativos aos estágios do desenvolvimento das estruturas dinâmicas no universo do conhecimento (COSTA; PASCUAL, 2012).

Em Wallon a afetividade é condição imprescindível na constituição e funcionamento da inteligência. A figura do “professor(a)” como ator no ambiente da construção do conhecimento da criança e do adolescente é aquele que movimenta e ativa a qualidade do ensino/aprendizado, sendo dessa forma uma agente vivo que tem excepcionalmente o objetivo de despertar nas crianças o desejo de aprender trabalhando de forma interativa no território da afetividade (SILVA et al. 2021).

Em Winnicott há grande importância do afeto materno para o pleno e saudável desenvolvimento emocional da criança. O autor chama atenção no que se refere ao Estado o qual deve refletir junto aos atores das instituições voltada para os direitos da criança sobre a substituição dessa função materna, fundamentalmente sobre a questão do acolhimento e do afeto, já que nesse processo novos vínculos afetivos devem ser estabelecidos para que o desenvolvimento emocional da crianças não seja ameaçado (COSTA;PASCUAL, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa PADIN tem suas bases no “cuidar e educar” de maneira intercomunicativa. No contexto do trabalho com as famílias, quanto maior a diversidade de intervenções e experiências significativas, mais enriquecida é a abordagem e a intervenção no desenvolvimento infantil mais integral. A relevância do programa PADIN é que este incrementa a qualidade de vida de todos que estão no entorno da criança e a ela.

O Afeto é o bem mais precioso e necessita estar presente em todos os momentos na relação entre pais e filhos. A afetividade tem fundamental importância no processo de desenvolvimento do ser humano. Afeto não é somente amor, carinho e atenção como pensa o senso comum, mas, se refere de modo direto à capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como externas, é a energia que impulsiona a ação, ou seja, é o propulsor da esfera cognitiva e motora. É por meio das trocas de afeto que a criança desenvolve suas primeiras relações, aprende a interagir, a se comunicar e também inicia a capacidade de desenvolver empatia. O afeto propicia a criança oportunidade de se cuidar na experiência com como a ajuda, do adulto no contexto social.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. J. A.; PASCUAL, J. G. Análise sobre as emoções no livro Teoría de las emociones (Vigotski). **Psicologia & Sociedade**; 24(3): 628-637, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Cartilha de Orientação para desenvolvimento do PADIN no período de isolamento social. **SEDUC**, 2021. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/> Acesso em dezembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Plano de Ação para desenvolvimento de atividades remotas do PADIN no período de isolamento social. **SEDUC**, 2021.

MESQUITA, L. P., M.; NASCIMENTO, A. M.; ARAÚJO, M. B.U.; ESTEVES, M. E. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN) no Contexto da Pandemia por Covid19, **SEDUC**, 2020. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/> Acesso em dezembro de 2021.

ONU. Organizações Das Nações Unidas. **Agenda 2013**. Disponível em <https://brasil.un.org/> Acesso em dezembro de 2021.

WORTMEYER, D. S; SILVA, D. N. H; BRANCO, A. U. Explorando o Território dos Afetos a Partir De Lev Semenovich Vigotski. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 285-296, 2014.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da criança**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em dezembro de 2022.

